

A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais

Ademir Terra

Universidade Estadual do Maranhão- UEMA
e-mail: ademirterra@professor.uema.br

Resumo

O presente texto, apresenta alguns pressupostos teóricos acerca da categoria geográfica território, a qual encerra múltiplas acepções, resultantes de processos históricos, urdidas em diversas temporalidades, ressaltando o princípio da apropriação, da dominação, do controle social e sobretudo, do poder em distintas relações e em diversas escalas, suscitando também múltiplas territorialidades, com dimensões próprias, conteúdos específicos que são apropriados, apreendidos e vivenciados de maneira singular pelos atores sociais. Nesta perspectiva, apontamos que tais pressupostos são primordiais para a compreensão das especificidades identitárias e territoriais dos assentamentos rurais, os quais, na condição de espaço social, delimitado e apropriado politicamente como território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos, um forte catalisador cultural-simbólico e indispensável fator de autonomia e que, hodiernamente, apresentam-se como novo elemento no processo de produção e organização do espaço agrário brasileiro.

Palavras-chave: Categoria Geográfica, Território, Assentamentos Rurais.

The territory concept's relevance for the analysis of rural settlements

Abstract

The present text presents some theoretical assumptions about the geographical category of territory, which contains multiple meanings, resulting from historical processes, created in several temporalities, except for the appropriation principle, domination, social control and mainly the power in different relations and scales, also raising multiple territorialities, with their own dimensions, specific contents that are appropriated, apprehended, and experienced in a unique way by the social actors. In this perspective, we point out that such assumptions are primordial for the understanding of the identities and territorial specificities of rural settlements, which, in the condition of social space, delimited and politically appropriate as a group territory, is material support of existence and a strong cultural-symbolic catalyst and an indispensable factor of autonomy and which are presented as a new element in the process of production and organization of the Brazilian agrarian space.

Keywords: Geographical category; territory; rural settlements.

La pertinencia del concepto de territorio para el análisis de asentamientos rurales

Resumen

El texto presenta algunos presupuestos teóricos acerca de la categoría geográfica territorio, la cual encierra múltiples significados, resultantes de procesos históricos, urdidos en diversos momentos, resaltando el principio de la apropiación, de la dominación, del control social y sobre todo, del poder en distintas relaciones y en diversas escalas, suscitando

también múltiples territorialidades, con dimensiones propias, contenidos específicos que son apropiados, aprendidos y vividos de manera singular por los actores sociales. En esta perspectiva, sugerimos que tales presupuestos son primordiales para la comprensión de las especificidades identitarias y territoriales de los asentamientos rurales, los cuales, en la condición de espacio social, delimitado y apropiado políticamente como territorio de un grupo, es la base material de la existencia y, más o menos, un fuerte catalizador cultural-simbólico y indispensable factor de autonomía y que, en la actualidad, se presenta como un nuevo elemento en el proceso de producción y organización del espacio agrario brasileño.

Palabras clave: Categoría Geográfica, Territorio, Asentamientos Rurales.

Introdução

A realidade é um fenômeno extremamente complexo. Nossos sentidos nos permitem apreendê-la em alguns de seus aspectos. Assim, os limites à compreensão integral da realidade começam pela nossa percepção dela.

A ciência possui uma peculiaridade que a distingue dos demais esquemas de classificação e conhecimento do mundo, que é a impessoalidade e objetividade (ao menos hipoteticamente) das suas representações, que, por isso, são denominados conceitos.

O conceito é definido pelas suas características. Durkheim aponta, primeiramente, a sua imutabilidade, a sua resistência à mudança, a sua fixação e cristalização. Em segundo lugar, o fato de ser universalizável: um conceito nunca é de um homem só, mas é comum a outros homens. É uma representação, mas impessoal. Desse modo, se é comum, é porque é obra de toda uma comunidade. Não pode ser abstrato porque, nesse caso, só teria realidade nas consciências particulares. É, primeiramente, representação coletiva, ideia geral que exprime antes categoria e classes do que objetos particulares.

Um conceito científico não é algo pronto, acabado. Desde sua origem este percorre um caminho, que por vezes pode sofrer influências que, conseqüentemente, poderão imiscuir no entendimento de seus conteúdos e aplicabilidade. Assim sendo, noções e conceitos são construções lógicas que estão em constante reformulação, sendo redefinidos e aprimorados a cada novo avanço do pensamento científico e filosófico ou forma de compreensão da materialidade concreta da vida humana.

O conceito é um tipo especial de representação, construído a partir da sujeição sistemática das representações relacionadas ao aspecto da realidade que está sendo conceituado a “testes” empíricos, uma média aceitável e construída metodologicamente com base em um conjunto de representações que pré-informavam o produtor do conceito e que o levaram a empreender a pesquisa e conceituar um aspecto determinado da realidade.

Portanto, apreendemos o conceito como uma construção social que ilumina algum aspecto da realidade e, para tanto, é preciso uma história das ciências e das técnicas para seu entendimento.

O território

A origem do termo território e o seu emprego nas Ciências não advêm dos estudos geográficos, tampouco das Ciências Humanas, mas sim das Ciências da Natureza, em especial da Biologia e da Zoologia, a partir dos estudos ligados à Etologia onde o conceito será cunhado.

Porém, na atualidade, não se pode desconsiderar que o uso conceitual da categoria território é reivindicado por uma disciplina, a Geografia, uma vez que, para esta o território se constitui um dos conceitos-chave, portanto sua utilização atende, antes de tudo, a finalidades heurísticas e analíticas.

Todavia, o intercâmbio de conceitos e noções entre os campos acadêmicos e normativos é prática corriqueira e, por si só, não representaria obstáculo à utilização do território para fins políticos e práticos. Entretanto, cabe aos usuários explicitar em que sentido recorrem ao território, se conceitual ou normativo ou em ambos ao mesmo tempo.

Desta forma, o conceito de território é muito amplo e tem várias interpretações, dependendo da área da ciência que o conceitua. A Geografia dá maior ênfase à materialidade do território. A Ciência Política leva em consideração as relações de poder ligadas à concepção de Estado. A Economia o concebe como um fator locacional ou base de produção. A Antropologia enfatiza a dimensão simbólica através das sociedades. A Sociologia através da sua participação nas relações sociais, e a Psicologia através da identidade pessoal até a escala do indivíduo. (HAESBAERT, 2004a, p. 37).

A despeito da antiguidade do emprego da expressão território nas ciências naturais e também nas sociais, recentemente, porém, o termo passou a ser utilizado com mais frequência por diferentes ramos das ciências, sobretudo pela Geografia, concorrendo com outros tradicionais, como *espaço* e *região*. Porém, vem ganhando novas interpretações, mais amplas e mais flexíveis, permitindo-nos ter uma noção menos delimitada do conceito.

É assim que, diferentes concepções e abordagens podem ser utilizadas para compreender e conceituar território. De forma abrangente, deve sempre ser considerado dentro de um determinado contexto histórico. É nessa perspectiva que se pode traçar um panorama geral do pensamento de diferentes autores da atualidade que abordam a questão territorial, dentro de suas óticas, e discutem esse conceito.

Em Haesbaert (2002; 2004a; 2004b) encontramos uma importante interpretação de território. Nas obras citadas, o autor o apresenta em quatro vertentes básicas: 1) Território econômico - compreendido como simples base material, com ênfase na dimensão espacial das relações econômicas, o território é fonte de recursos (relação

capital-trabalho); 2) Território político - visto como uma forma de controle dos indivíduos, assim como dos processos sociais, a partir do controle do seu espaço material, onde as relações se dão entre espaço e poder, ou seja, um espaço delimitado e controlado no qual se exerce determinado domínio; 3) Território cultural ou simbólico-cultural - concebido como espaço dotado de identidade, uma identidade territorial, que carrega significados simbólicos e subjetivos; 4) Território natural - entendido com base nas relações entre sociedade e natureza, isto é, o comportamento “natural” dos homens em relação ao ambiente físico.

A essas concepções sobre o território podem ainda ser acrescentadas mais três vertentes: 1) jurídico política, que entende o território como um elemento de controle, geralmente pela ação do Estado; 2) cultural(ista), de caráter simbólico e identitário; 3) econômica, na qual se destaca a perda do território de reprodução do capital por força da globalização (HAESBAERT 2001; SPOSITO 2004).

Em virtude do momento histórico em que vivemos, e face ao profundo “hibridismo” em que nos encontramos, é cada vez mais difícil enquadrar o conceito de território em apenas uma dessas dimensões (política, natural, econômica ou cultural). Acerca dessa afirmação, Saquet (2003) salienta que:

[...] um território não é construído e, ao nosso ver, não pode ser definido apenas enquanto espaço apropriado política e culturalmente com a formação de identidade regional e cultural/política. Ele é produzido, ao mesmo tempo, por relações econômicas, nas quais as relações de poder estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle dos espaços econômico, político e cultural. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização (SAQUET, 2003, p. 24).

Haesbaert (2004b) apresenta um conjunto de perspectivas teóricas, a partir de um patamar mais amplo, em que essas dimensões (econômica, política, cultural e natural) se inserem numa fundamentação filosófica própria de cada abordagem. Ele busca superar a dicotomia materialista/idealista, introduzindo a noção de que o território encerra tanto a dimensão espacial material das relações sociais, como o conjunto de representações sobre o espaço, ou o que ele denominou de “imaginário geográfico”. Assim, no conceito de território, a perspectiva materialista (concreto) e a perspectiva idealista (referido aos sentimentos que o território inspira) são indissociáveis.

Sob o ponto de vista materialista agrupam-se as concepções naturalista, econômica e política, as quais, segundo o autor, mesmo consideradas nessa base material, não estão desvinculadas de relações sociais. Já na perspectiva idealista, o território é visto numa dimensão simbólica, dotado de identidade. Refere-se aos sentimentos que o território inspira naqueles que dele são excluídos e à satisfação dos que

dele usufruem/compartilham. Dessa forma, Haesbaert propõe o território numa perspectiva integradora, que envolve sua leitura como um espaço não estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural, sugerindo que o conceito seja concebido na perspectiva que analisa as diferentes dimensões sociais.

Segundo Sposito (2004, p. 17), as várias concepções de território existentes servem como “porta de entrada” para a discussão desse conceito na Geografia, e ele as agrupa em quatro abordagens. Em primeiro lugar, a naturalista, muito utilizada pelos estudiosos desse conceito na Geografia “[...] aparece como imperativo funcional, como elemento da natureza inerente a um povo ou uma nação pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar”. O sentido de extensão e de delimitação de lugares é valorizado, pois é, nesse espaço delimitado que os grupos sociais estabelecem relações de uso, de transformação e de poder.

Outra abordagem, voltada para o território do indivíduo, diz respeito à territorialidade e sua apreensão, com forte conotação cultural; “[...] a territorialidade, neste caso, pertence ao mundo dos sentidos e, portanto, da cultura, das interações cujas referências básicas são as pessoas e a sua capacidade de se localizar e de se deslocar” (SPOSITO, 2004). Assim, o território aparece como espaço onde os indivíduos estabelecem relações de poder e de pertencimento a esse espaço.

Ainda de acordo com Sposito (2004) uma terceira abordagem de território aparece quando:

[...] o termo território é confundido com o de espaço [...] isso pode ser abstraído a partir do momento em que se considera uma quarta dimensão, aquela definida pela transformação que a sociedade impõe à natureza. [...]” (SPOSITO, 2004, p.17).

Saquet (2003) evidencia a importância da relação tempo e espaço na análise sobre o território, uma vez que cada espaço vive seu tempo, e cada tempo se desenrola num determinado espaço. Nessa dinâmica, o autor destaca também a importância de conhecermos a história dos lugares, os diferentes processos de mudanças e transformações vivenciadas em cada espaço.

No processo de construção, desconstrução e reconstrução, o território é permeado por relações sociais de domínio, de demarcação e de posse. No âmbito político, econômico ou cultural, em diferentes escalas, as relações de poder manifestadas no território não devem ser jamais negligenciadas.

De acordo com Raffestin (1993), o espaço é a base para a formulação do território, ou seja, o espaço existe antes do território, um é a matéria-prima para a construção do outro. Na realidade, segundo o autor, num espaço propriamente dito, ainda não se deram relações de poder, em que um ator manifeste a intenção de apoderar-se

dele. Em contrapartida, o conceito de território não abrange simplesmente um espaço, mas um espaço construído pelo ator, apropriado e organizado de acordo com seus objetivos e interesses.

O território é, portanto, produzido, a partir do espaço e por uma série de relações que o indivíduo ou grupos de indivíduos – os chamados agentes – mantêm entre si e com a natureza.

Ainda segundo Raffestin (1993), o território é sempre um enquadramento do poder ou de um poder, em um determinado recorte espacial. Por isso, podemos dizer que as relações de poder se dão em diferentes escalas territoriais, e a escala do território determina a escala dos poderes. Assim sendo, as relações de poder estabelecem-se em níveis local, regional, nacional, supranacional etc., produzindo uma multiplicidade de territórios, cada qual com uma territorialidade diferente, ou seja, com uma dimensão própria, e um conteúdo específico, sendo apropriados, apreendidos e vivenciados de maneira singular pelos atores sociais.

Autores brasileiros como Souza (2000), Santos (1994), Andrade (1994) e Neves (1994), entre outros, compartilham a ideia de território como um espaço definido por e a partir de relações de poder, projetadas no espaço e com grande flexibilidade espacial e temporal, sejam elas estabelecidas no nível público, estatal ou das grandes empresas.

Para Tartaruga (2005), esse poder se define em três dimensões: na dimensão política, a mais difundida, o poder está muitas vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao Estado, e o território é visto como um espaço delimitado e controlado por ele; a dimensão cultural ou simbólico-cultural é mais subjetiva, e o território é compreendido sobretudo, como um produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; a dimensão econômica, menos citada, enfatiza as relações econômicas, entendendo o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, por exemplo, como produto da divisão “territorial” do trabalho.

Tartaruga (2005, p. 6) afirma que os territórios podem ser cíclicos, apresentando-se periódica ou sazonalmente, e de baixa definição, ou seja, espaços caracterizados pela superposição de diferentes territórios, o que pode provocar o surgimento de relações adicionais de poder contínuas, as mais usuais, - daqueles que possuem contiguidade espacial - e descontínuas - daqueles que não possuem uma contiguidade espacial total. Alguns chamam essas relações de rede ou território-rede; em termos gráficos, os territórios contínuos poderiam ser caracterizados por superfícies e os descontínuos por pontos.

Assim, não podemos nos prender ao conceito de território ligado às relações de poder desenvolvidas pelo Estado e pelas grandes empresas, mesmo porque elas precisam de uma escala temporal maior para se estabelecerem. Há também o território constituído

como local de micropoderes, em que determinados grupos com a mesma identidade cultural, política e econômica estabelecem relações sociais projetadas no espaço que, por possuírem extrema flexibilidade, podem formar-se ou dissipar-se em questão de anos, meses, semanas, dias e até mesmo horas. De caráter bastante curioso, esses territórios sobrepostos desempenham funções distintas que às vezes podem acabar chocando-se. Os espaços ocupados pelas escolas, igrejas, camelôs e prostitutas são exemplos de microterritórios formados a partir de relações de poder, cada qual com características próprias e possuidores de grande flexibilidade. O fato de poder constituir-se ou dissolver-se de modo relativamente rápido confere ao território uma tendência à instabilidade.

Retomando a etimologia, o termo território significa terra pertencente a alguém. Este “pertencente”, alerta Corrêa (1994), não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Se por um lado o conceito de território está ligado ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado por parte das instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço, por outro, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas especializadas por parte dos grupos distintos, definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. É a partir desse sentido que o conceito de território se vincula a uma Geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares e, assim, a apropriação passa a se associar à identidade de grupos e à afetividade espacial.

Enfim, entende-se que o território é um processo social. Moraes (2000) afirma que ele não pode existir sem uma sociedade que o crie e que o qualifique. Assim sendo, ao contrário do território pensado pelos zoologistas, não pode existir como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e na transformação dos meios criados pela natureza, isto é, um produto socialmente elaborado, resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga, sendo, antes de qualquer coisa, dinâmico.

Como se evidencia, são muitas as divergências conceituais acerca do território, porém podemos identificar um consenso sobre a construção e destruição destes. O modo de produção capitalista, por exemplo, provoca um movimento contínuo de transformação da técnica e da sociedade que, por sua vez, repercute na criação, destruição e reconstrução dos territórios, promovendo a desterritorialização de grupos sociais.

Enquanto Souza (2000) entende que a desterritorialização supõe a exclusão de um grupo que se apropriava de um dado espaço, Santos (1997) a concebe como o estranhamento do indivíduo ao lugar, uma desculturização; já para Haesbaert, (2004b) ela seria resultante do enfraquecimento do controle exercido sobre o espaço, que provoca a mobilidade de pessoas, bens materiais, capitais e informação.

De qualquer forma, a desterritorialização traz consigo o processo de

reterritorialização que alude à incorporação de novos territórios e, conseqüentemente, à construção de uma nova territorialidade do grupo desterritorializado.

Para Santos (1997):

O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte de seu ser que parecia perdida (SANTOS, 1997, p. 329).

Assim, segundo o autor, mesmo sendo o território conformado pelo conjunto de elementos naturais e artificiais de uma área, a reterritorialização não se configura apenas na alteração das formas. Ao mudar as formas, mudam-se as funções e, por conseguinte, o homem também se modifica.

Sob uma perspectiva diferente, Haesbaert (2004b) considera que a reterritorialização refere-se ao processo de desterritorialização imposto pela territorialização conduzida por outros:

[...] ou seja, eu posso “delimitar” meu território simplesmente através da delimitação do território do outro. Neste sentido, mesmo com uma “territorialização” (física) aparentemente bem definida, o outro está de fato desterritorializado, pois não exerce efetivo domínio e apropriação sobre seu território (HAESBAERT, 2004b, p. 263).

A despeito das diferentes visões, esses autores concordam que à medida que são destruídos os territórios e construídas novas territorialidades, desenvolve-se um processo dinâmico e concomitante de desterritorialização e reterritorialização.

Assentamentos rurais: elementos de reconfiguração territorial

A reforma agrária é um processo permeado de contradições e conflitos entre atores que possuem interesses divergentes. Nesse contexto, os assentamentos rurais constituem “espaços de relações sociais, onde as características heterogêneas individuais, homogêneas no processo de luta pela terra, ressurgem em novas bases” (ZIMMERMANN, 1994, p. 205), revelando o desejo de autonomia dos sujeitos e gerando embates que se expressam no cotidiano, como parte de um complexo jogo de forças geopolíticas.

De acordo com Esterci (1992), o termo *assentamento* refere-se às ações que têm por fim ordenar ou reordenar recursos fundiários com alocações de populações para a solução de problemas socioeconômicos, reconhecidas sua importância e necessidade, principalmente pela viabilidade econômica.

Para Leite (2005), o termo *assentamento rural* parece datar de meados dos anos

de 1960, sobretudo como referência dos relatórios de programas agrários oficiais executados na América Latina, para designar a transferência e a alocação de um determinado grupo de famílias de trabalhadores rurais sem-terra (ou com recursos fundiários insuficientes à sua reprodução) em algum imóvel rural específico, visando à constituição de uma nova unidade produtiva.

Nesse espaço de relações sociais, desenvolvem-se dinâmicas internas geradas pela convivência de famílias que, apesar de terem passado por períodos de atuação comunitária (organização da luta pela terra), levaram consigo origem, cultura, disponibilidade patrimonial, composição familiar, motivações e aspirações bastante díspares, ou seja, são portadoras de diferentes territorialidades. Essa trajetória social, amalgamada às relações com os mediadores, constitui, portanto, lócus de reconstrução de saberes, no qual se potencializa a heterogeneidade cultural que caracterizava as famílias, evidenciando-se assim, o direito à dessemelhança.

Instalados os assentamentos, encerra-se, para os trabalhadores rurais sem-terra, uma fase (o acampamento) em que vivenciavam problemas e situações comuns, cujo principal objetivo era a conquista da terra, e inicia-se outro estágio, em que a heterogeneidade de seus participantes emerge. São diferentes expectativas de vida que se relacionam, favorecendo o surgimento de novos conflitos e de disputas em seu interior.

Assim sendo, acampamentos e assentamentos vivem situações não apenas distintas, mas extremamente adversas e internamente conflituosas. “A concessão da terra e o assentamento do supostamente sem-terra apenas encerram um drama e dão início a outro” (MARTINS, 2003. p. 9).

Nesse sentido, Carvalho (1999) analisa que o assentamento rural constitui uma “encruzilhada social” que expressa, no momento da sua criação, um ponto de inflexão histórico entre dois processos políticos e sociais e, portanto, uma transição histórica mais complexa do que o mero ato administrativo da sua criação. Nessa ocasião encerra-se um determinado processo político-social no qual o monopólio da terra e o conflito social pela sua posse são superados e, imediatamente, inicia-se outro: a constituição, naquela área, de uma nova organização econômica, política, social e ambiental, engendrada por uma heterogeneidade de famílias de trabalhadores sem-terra.

Acerca da crescente importância que os assentamentos rurais foram assumindo em todo o Brasil por força das lutas das famílias de sem-terra, Leite *et al* (2004) ressaltam que:

Mesmo continuando uma experiência minoritária, os assentamentos ganharam uma sistematicidade e um reconhecimento social, vale dizer, uma objetividade, que os colocam no primeiro plano das disputas intelectuais e políticas em torno da questão agrária (LEITE *et al.*, p. 69).

Hoje, o processo de reflexão sobre o agrário, entendido na dimensão da luta social pela conquista da terra e da permanência nela, (re)dimensiona-se na proporção que a discussão pela reforma agrária se intensifica, não apenas na distribuição de terras, mas também na potencialização de seus projetos.

O espaço geográfico produzido pela inserção da agricultura familiar no modelo produtivo atual demanda um novo tipo de estudo sobre a Geografia dos assentamentos rurais, que passe a identificar o resultado e as consequências da produção desse tipo de lugar, pois, neles, o acesso à terra indica uma reterritorialização, materializada na recriação do lugar a partir da inserção de novos elementos e perspectivas no espaço rural. O lugar incorpora o novo, especialmente em relação às técnicas, modificando as práticas sociais. Os assentados constroem um novo território a partir da mudança das relações estabelecidas nesse espaço, promovendo um rearranjo no processo produtivo, diversificando a produção e introduzindo novas atividades.

Os assentamentos rurais podem ser entendidos enquanto territórios, pois como afirma Saquet (2007), o território é um compartimento do espaço, e como fruto de sua diversificação e organização possui duas funções principais: a de servir como abrigo, como proteção e a de servir como um trampolim para oportunidades. Ou seja, o território constitui-se como a base onde a sociedade inscreve a sua história e por este motivo é ação e contexto.

Em decorrência da diversidade das relações que se estabelecem nestes territórios é que nos apropriamos da proposição de Fernandes (2008), que sugere uma tipologia dos territórios enfatizando que a multidimensionalidade e a multiescalaridade são componentes importantes na análise dos territórios. A multidimensionalidade evidencia o princípio da totalidade nos territórios, uma vez que as dimensões social, cultural, econômica e ambiental se relacionam dialeticamente no território, já o princípio da multiescalaridade nos permite entender o território para além do espaço de governança¹, considerando os territórios do território.

O território é compreendido como uma horizontalidade, em suas múltiplas dimensões, sobre as quais incidem novas problemáticas com a rearticulação de suas redes e de seus mecanismos de ordenação. Tomado como o lugar da dinâmica e da dialética que se configuram a partir de múltiplos usos e inserções, o território é definido como uma unidade de análise privilegiada, na medida em que permite identificar as bases da dominação e das formas de resistência, e que, por meio da análise de seu uso, informa sobre os diferentes projetos e visões de mundo em disputa.

¹ Fernandes (2008, p. 283) faz alusão à existência de três tipos de território: o espaço de governança, quer sejam em nível nacional, estadual ou federal; os distintos tipos de propriedade privadas, capitalistas ou não e; os territórios fluxos, "cujas fronteiras se movimentam de acordo com as ações institucionais e as conflitualidades".

Nesse espaço de relações sociais, desenvolvem-se dinâmicas internas geradas pela convivência de famílias que, apesar de terem passado por períodos de atuação comunitária (organização da luta pela terra), levaram consigo origem, cultura, disponibilidade patrimonial, composição familiar, motivações e aspirações bastante díspares, ou seja, são portadoras de diferentes territorialidades. Essa trajetória social, amalgamada às relações com os mediadores, constitui, portanto, um lócus de reconstrução de saberes, no qual se potencializa a heterogeneidade cultural que caracterizava as famílias, evidenciando-se assim, o direito à dessemelhança.

Os assentamentos rurais têm um papel relevante na construção de novos territórios no meio rural, pois constituem espaços especiais que permitem a ressignificação do lugar, ou seja, à medida que novos assentamentos são organizados, se estabelecem novas formas de produção, novas práticas e novas formas de organização do trabalho.

Desta maneira, os assentamentos indicam uma propensão de (re)organização do espaço agrário, uma vez que a sua implantação suscita uma nova organização social, econômica e política. Segundo Martins (2000), “os projetos de assentamentos são “[...] uma verdadeira reinvenção da sociedade [...]” como “[...] uma clara reação aos efeitos perversos do desenvolvimento excludente e da própria modernidade.”

Para garantir a segurança e permitir que se alcance novas oportunidades como aludiu Saquet (2007), é necessário que haja uma organização territorial interna e relações de poder e dominação com territórios externos. Esta organização acontece em cada caso de forma diferenciada, permitindo ao território assumir diferentes significados nas distintas sociedades e grupos sociais dominantes.

Os agentes que atualizam a palavra de ordem da reforma agrária se renovam de acordo com a conjuntura apresentada, especificam as demandas e objetivam o embate político. A variação desses agentes se dá de acordo com eixos geográficos e identidades distintas, o que faz com que o embate pela reforma agrária se atualize e se apresente a cada período com um novo sentido.

Por constituir um território conquistado, o assentamento representa a reterritorialização para os trabalhadores rurais, independentemente do grau de envolvimento de cada família na luta pela conquista da terra.

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pelas famílias, dos percalços, insucessos e até eventuais fracassos, os assentamentos rurais, juntamente com as pequenas propriedades tradicionais, geralmente constituem a garantia não só da permanência do homem no campo, como a possibilidade da recuperação da autoestima e da dignidade, com a geração de emprego e renda e a sua integração ao mercado, do ponto de vista geopolítico, representam uma subversão das relações de poder local, com a emergência de novos arranjos produtivos, sem falar na contribuição para o

desenvolvimento da economia local, regional e até nacional.

Vistos por essa perspectiva, os assentamentos rurais, enquanto espaços singulares que possibilitam a ressignificação do lugar, assumem papel cada vez mais importante na sociedade brasileira contemporânea, pois configuram tessitura da prática social que favorece a construção de novos territórios e novas territorialidades no espaço rural.

Conforme Santos (2000):

O povo como sujeito é também o povo como objeto, sobretudo ao considerarmos o povo e o território como realidades indissolúvelmente relacionadas. Daí a necessidade de revalorizar o dado local e revalorizar o cotidiano como categoria não apenas filosófica e sociológica, mas como **categoria geográfica**, territorial. [...] O sujeito é também objeto. O sujeito é plural e o objeto diversificado. Partindo dessa ideia, depreendemos as diferenças estruturais e avaliamos o valor diferenciado das diversas ações dentro do todo (SANTOS, 2000. p.121).

A criação de novos assentamentos, fazendo emergir novas formas de produção, novas práticas e novas configurações da organização do trabalho, constitui elemento de reestruturação do campo. Assim sendo, a análise dos assentamentos, na perspectiva do território, é mais abrangente que a da territorialização de grupos específicos e da concepção de novas territorialidades.

O número de assentamentos rurais vem aumentando a cada ano, seja pela distribuição de novos lotes em áreas reformadas, seja pela regularização fundiária. Porém, em números absolutos e em face da dimensão territorial do país, a implantação desse modelo ainda é muito pequena. Como observaram Medeiros, Sousa e Alentejano (1998), os assentamentos funcionam como verdadeiros laboratórios de experiências sociais que, além de dinamizarem o debate acerca das expectativas futuras do meio rural, têm pautado a discussão sobre um novo padrão de desenvolvimento fundado na unidade de produção familiar.

Parafrazeando Sauer (2003, p. 20), apesar de descontinuidades espaciais, os assentamentos não são ilhas, mas territórios, social e politicamente demarcados. São, portanto, espaços singulares que permitem um “convívio face a face”, abrindo a possibilidade para novas interações e ressignificações identitárias e representacionais.

A criação dos assentamentos suscita uma nova organização social, econômica e política. Assim, quando o conjunto das famílias se apossarem formalmente dessa terra, construindo sua nova identidade social, estará estabelecido um processo inteiramente novo, uma vez que nesse espaço imprimir-se-á uma nova organização, um microcosmo social.

Considerações finais

Analisado na perspectiva do território, o assentamento rural, em qualquer circunstância, encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas as trocas com o exterior. O espaço social, delimitado e apropriado politicamente como território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos, um forte catalisador cultural-simbólico e indispensável fator de autonomia.

O assentamento é um lugar onde diferentes biografias se encontram e se iniciam novos processos de interação e identidade sociais, um lugar identitário privilegiado. Ou seja, o acesso à terra – lugar geograficamente localizado, que possibilita o trabalho e a residência - transforma os “sem terra” em pessoas “com terra”.

Nos assentamentos rurais, os ex-sem terra rompem o umbral da exclusão e se transformam em pequenos produtores rurais, cuja possibilidade de reprodução social é o controle sobre a terra. Os assentamentos, portanto, são territórios que representam a fartura e garantia de emprego, trabalho e renda.

A luta na terra, que em muitos lugares por todo o Brasil significa o início da luta pelo território, significa ainda um processo de construção de alternativas à realidade atual, portanto, na construção simbólica da terra como uma heterotopia, ou seja, um lugar, simultaneamente real e imaginário, de oposição às tendências de homogeneidade do espaço da modernidade (FOUCAULT, 1984), sobretudo pela crescente exclusão social inerente à dinâmica do capital.

Admitindo-se o território como resultado de um processo histórico de construção do espaço por agentes sociais que lhe imprimem suas características socioculturais, a construção dos territórios, para Santos (1994), se processa a partir da projeção do trabalho sobre o espaço. Como assinala o autor, o território não é território em si mesmo, pois o que lhe dá essa condição é o seu uso, e esse uso é que o transforma em objeto de análise social.

Portanto, o território é resultado da interação entre as relações sociais estabelecidas em determinado espaço e o controle desse espaço. Para Haesbaert (2004b, p. 79), ele não é exclusivamente político, nem econômico ou cultural e, muito menos, apenas natural. Para o autor, a construção dos territórios se processa através da “[...] imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.”

Conseqüentemente, o acesso à terra, materializado nos assentamentos, não significa somente a garantia de sustentabilidade física da vida humana, no sentido real de

cunho político, econômico e social, mas adquire também um sentido simbólico. Terra é vida, portanto, lugar e meio de produção e reprodução social. A luta dos assentados é por uma heterotopia (FOUCAULT, 1984), um “outro lugar” qualitativamente diferente e de resistência ao processo de desterritorialização forçada pelo modelo agrário e agropecuário implantado no Brasil ao longo de sua história, modelo que não contempla a agricultura familiar.

Na busca por desvendar essa heterotopia no conjunto das famílias assentadas é que estamos recorrendo ao conceito de território nas suas múltiplas dimensões. Contudo, isso não quer dizer que esta seja a única via possível de análise para o objeto de estudo em questão, tendo em vista que a complexidade posta na atualidade e sua tendência em provocar equívocos diante dos fenômenos vêm reconfigurando as demandas epistemológicas acerca dos métodos e dos tratamentos do conhecimento que se apresentam continuamente.

Referências

ANDRADE, M. C. de. Territorialidades, Desterritorialidades, Novas Territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. A; SILVEIRA, M. L. (orgs), **Território: globalização e fragmentação**, São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

CARVALHO, H. M. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: NEAD, 1999.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. A; SILVEIRA, M. L. (org), **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

ESTERCI, N. Assentamentos rurais: um convite ao debate. In: ABRA (Associação Brasileira Reforma Agrária). **Assentar, assentados e assentamentos - Solução ou atenuante**. Campinas: ABRA, 1992.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

FOUCAULT, M. What is enlightenment? In.: RABINOW, P. **The Foucault reader: An introduction to Foucault's thought**. London, Penguin Books, 1984.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização a multiterritorialidade. In: Anais do IX **Encontro da ANPUR**. Vol. 3, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: LOPES, L. P; BASTOS, L. C. (org.). **Identities: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D; SPÓSITO, E. S; SAQUET, M. A. (org.) **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004a.

_____. **O Mito da desterritorialização:** do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004b.

LEITE, Sérgio. Assentamento Rural. In: MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LEITE, S.; HEREDIA, B; MEDEIROS, L; PALMEIRA, M; CINTRÃO, R. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Edunesp, 2004.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples:** Cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo, Editora Hucitec, 2000.

_____. **O sujeito oculto:** ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

MEDEIROS, L. S; SOUSA, I. C. de; ALENTEJANO, P. R. O promissor Brasil dos assentamentos rurais. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 77, n. 8, p. 54-63, jun./ago. 1998.

MORAES, A. C. R., **Bases da formação territorial do Brasil.** O território colonial brasileiro no século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

NEVES, G. R. Territorialidade, Desterritorialidade, Novas Territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. A; SILVEIRA, M. L. (org), **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** (trad.) FRANÇA, M. C. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. A; SILVEIRA, M. L. (orgs), **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Território e Sociedade.** Ed. Fund. Perseu Abramo. São Paulo, 2000.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana:** o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003.

_____. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

AUER, S. A luta pela terra e a reinvenção do rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XI., 2003, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2003. 25 p. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=266>>. Acesso em: 2008.

SOUZA, M. J. L. de. O Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da Costa; CORRÊA, R. L. (org.) **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPOSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D; SPOSITO, E. S; SAQUET, M. A. (org). **Território e Desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

TARTARUGA, I. G. P. **O conceito de território para a análise do desenvolvimento**

rural. Ribeirão Preto: Sober, 2005.

ZIMMERMANN, N. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. et al. (org). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Edunesp, 1994.

Sobre o autor

Ademir Terra – Doutor em Geografia (UNESP – Presidente Prudente). Professor adjunto do Departamento de História e Geografia – DHG da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA; Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais – GEPQAM. **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-5304-3341>

Como citar este artigo

TERRA, Ademir. A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais. **Revista NERA** vol. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

Recebido para publicação em: 20 de novembro de 2018
Devolvido para a revisão em: 18 de janeiro de 2019
Aceito para a publicação em: 05 de março de 2019
